



UNIVERSIDADE  
DO BRASIL  
UFRJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE

ADRIANA MARTINS CRISTÓVÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PÓLO UNIVERSITÁRIO PROF. DARCY RIBEIRO/VOLTA REDONDA

2017



UNIVERSIDADE  
DO BRASIL  
UFRJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



# OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE

ADRIANA MARTINS CRISTÓVÃO

Monografia apresentada como atividade obrigatória à integralização de créditos para conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - Modalidade EAD.  
Orientadora: Letícia Piedade de Medeiros

ORIENTADORA: LETÍCIA PIEDADE DE MEDEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PÓLO UNIVERSITÁRIO PROF. DARCY RIBEIRO/VOLTA REDONDA

2017

(ATENÇÃO: ESTA FICHA IRÁ IMPRESSA NO VERSO DA CONTRACAPA DESTE CONJUNTO, OU SEJA, ATRÁS DA FOLHA ANTERIOR)

FICHA CATALOGRÁFICA

CRISTÓVÃO, Adriana Martins

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE

Polo de Volta Redonda, 2017. 49 f. il: 31 cm

Orientadora: Letícia Piedade de Medeiros

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD. 2017.

Referencias bibliográfica: f.47, 48

1. Educação Especial, Perspectiva Inclusiva, Professores.

I. MEDEIROS, Letícia Piedade

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD

III. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE



## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma estiveram envolvidos ajudando e apoiando em sua construção.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, sempre presente em minha vida; a minha família pela compreensão nos momentos que precisei me ausentar e aos meus colegas de curso sempre impulsionando uns aos outros.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVO .....	13
2.1. Objetivo geral .....	13
2.2. Objetivo específico .....	13
3. METODOLOGIA.....	14
4. A PESSOA DEFICIENTE ONTEM E HOJE .....	15
4.1. Na antiguidade .....	15
4.2. Na Idade Média.....	17
4.3. Na Era Moderna.....	18
4.4. A Educação Especial no Brasil .....	21
4.4.1 Marcos Históricos do Brasil.....	23
5. EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS CONCEITOS .....	27
6. DOCENTES, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO .....	30
7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	34
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	37
8.1. Análise das questões .....	37
9. CONCLUSÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	45
11. ANEXOS .....	49

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Gráfico Legislação .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 2: Gráfico Polícias públicas.....	39
Figura 3: Gráfico Capacitação .....	40
Figura 4: Gráfico Acessibilidade .....	41
Figura 5: Gráfico Projetos.....	42
Tabela 1: Tabela de resultados- Pesquisa Questionário.....	43



**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAE	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
AEE	Atendimento Especializado Educacional
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
DF	Deficiente Físico
DM	Deficiente Mental
DPEE	Diretoria de Políticas de Educação Especial
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EE	Educação Especial
IBC	Instituto Benjamin Constant
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NAAH/S	Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
SEESP	Secretaria de Educação Especial
PNE	Plano Nacional de Educação
OAB	Ordem dos Advogados Brasileiros
PAC	Plano de Aceleração do crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VR	Volta Redonda

## RESUMO

O presente trabalho objetiva a investigação e compreensão do contexto da Educação Especial no Brasil e as práticas pertinentes na contemporaneidade em sua perspectiva inclusiva quanto aos docentes, sua formação e atuação. Nesta investigação temática analisou-se os determinantes históricos e seus processos reflexivos. A abordagem textual configurou-se em três vertentes de análise: a historicidade, a fundamentação teórica e a pesquisa junto as secretarias de educação de quatro municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo eles, Barra Mansa, Pinheiral, Porto Real e Volta Redonda, para melhor delimitação dos desafios enfrentados. A análise de dados e percentuais a partir das questões aplicadas as secretarias sobre legislação, políticas públicas, formação continuada, práticas dos professores resultou na identificação dos fatores que interferem nos avanços e nos desafios da Educação Especial para que esta estabeleça com coerência seu campo de ação acessibilidade. A mediação dos fatores apresentados facultou o aprofundamento das questões em capítulos o que possibilita uma melhor investigação e desenvolvimento das diversas temáticas até a inclusão. O estudo de políticas públicas e a historicidade promovem novas posturas para o exercício da inclusão, visando uma educação para todos em prol da compreensão de igualdades e diferenças, quebrando assim paradigmas antigos sobre a Educação Inclusiva.

Palavras chaves: Educação Especial, Perspectiva Inclusiva, Professores.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como fundamento a pesquisa bibliográfica e exploratória que objetiva a análise e o estudo da Educação Especial numa perspectiva inclusiva para verificar e estabelecer a importância da inclusão na escola. As instituições de ensino não podem ser vistas como espaços para socialização e convívio de crianças especiais em cumprimento de horário, os alunos precisam de profissionais qualificados e empenhados para auxiliar no seu desenvolvimento, sua aprendizagem. A valorização do processo da inclusão como fator real de conhecimento aplicado e vivenciado por crianças inclusas é complexo e multidisciplinar, portanto deve-se ser realizada com critérios, legislação em vigor e competências dos envolvidos.

A partir de estudos no curso de Ciências Biológicas, com o estágio e observações sobre a docência, metodologias e práticas pedagógicas verifica-se que existem demandas de compreensão, ação e reflexão sobre núcleos de conhecimentos que dialogam entre si e a área de Ciências vem explicitar pelo neurodesenvolvimento a viabilidade da discussão entre linguagens e conhecimentos que embasam a Educação Especial como referência de grande importância para uma educação cidadã, igualitária e fiel. A princípios de valorização, pessoas “identificadas” como diferentes não devem ser vistas com diferença, pois a individualidade do talento humano, das habilidades devem ser respeitadas enriquecendo o ideal da inclusão e não de exclusão que surgem por práticas, comentários e outros pormenores que cercam a temática em exposição.

Foram destacados alguns fatores que contribuíram para uma compreensão mais abrangente do significado da deficiência ao longo dos tempos, como iniciativas marcantes daqueles que deram início a mudanças na atitude das pessoas gerando respeito aqueles percebidos como diferentes, contribuindo assim para formação de uma geração mais sensível. Também foram registrados alguns momentos no decorrer da história da humanidade e mais recentemente no Brasil que foram fundamentais para o avanço nas conquistas das pessoas com necessidades especiais.

A visão sobre a deficiência é social e historicamente construída e por isso se faz pertinente conhecer as diferentes maneiras de convivência mediante as crenças, cultura, informações e religiosidade, que levam a formas particulares de relacionamento com o deficiente e durante séculos os mantiveram afastados do convívio social.

Graças a ampliação dos conhecimentos na medicina e tecnologias muitas barreiras foram vencidas, estabelecendo mudanças na relação entre os indivíduos e promovendo a humanização das culturas, possibilitando o acesso das pessoas com necessidades especiais à educação, saúde, emprego e segurança, facilitando assim o convívio cotidiano com estas pessoas.

A legislação e as políticas públicas também são aliadas significantes estabelecendo diretrizes legais em benefício das pessoas com deficiência e dentre os diversos ambientes que eles passaram a frequentar também está a escola. As leis trouxeram os alunos inclusos para as turmas regulares, para estabelecer relações significativas e diversas mediante a convivência com a diferença, porém sem formação específica os professores pedem auxílio para solucionar os processos de adaptação e falta de conhecimento.

A segregação sempre marcou a vida das pessoas com deficiência, no entanto na atualidade a inclusão não é mais uma ilusão e sim um objetivo a ser alcançado, para isso é necessário, discutir, pensar e criar formas possíveis para interagir e valorizar a diversidade.

Assim sendo para dar a ancoragem ao presente estudo foi desenvolvido um período de catalogação de dados nas Secretarias de Educação de quatro cidades da região sul fluminense: Barra Mansa, Pinheiral, Porto Real e Volta Redonda, estados do Rio de Janeiro, através da aplicação de um questionário aos responsáveis pela Educação Especial e as ações de inclusão de cada município.

Decorrente das questões apresentadas na pesquisa tais como: legislação, políticas públicas, formação continuada, processos de aceitação ou resistência, pautou-se a investigação do presente estudo que evidenciou na discussão e resultados para o alerta da importância da compreensão da viabilidade e acessibilidade para uma educação inclusiva com respaldo e benefícios para todos.

## **2. OBJETIVO**

### **2.1 Objetivo geral**

Analisar a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como direito ao acesso, a participação e a aprendizagem, dos alunos com alguma necessidade especial nas escolas regulares, mediante a identificação das especificidades do trabalho realizado em quatro Secretarias de Educação da região Sul Fluminense, relacionar com embasamento de estudiosos e identificar os principais desafios enfrentados na atualidade.

### **2.2 Objetivo específico**

2.2.1. Analisar os dados catalogados das Secretarias de Educação de Barra Mansa, Pinheiral, Porto Real e Volta Redonda;

2.2.2. Correlacionar com bases teóricas da Educação Especial com perspectiva inclusiva;

2.2.3. Destacar os principais desafios enfrentados no processo educacional na promoção da inclusão;

2.2.4. Proponer possíveis soluções a níveis de importância.

### 3.METODOLOGIA

Na condução da pesquisa optou-se por pesquisa bibliográfica e exploratória. A pesquisa bibliográfica vem corroborar para o estudo em questão, pois cria a ancoragem teórica e promovem a análise reflexiva dos fatores que mobilizam a sociedade para importância de um modelo de escola que compreenda as relações propostas pela inclusão. Já a exploratória proporcionou maior familiaridade com o assunto através das entrevistas em forma de questionário com pessoas comprometidas no assunto, neste caso as responsáveis pela Educação Especial e Educação Inclusiva de cada município visitado.

Foram agendadas visitas no mês de maio de 2017, nas Secretarias de Educação dos municípios de Barra Mansa, Pinheiral, Porto Real e Volta Redonda para aplicação do questionário aos devidos responsáveis. O questionário com perguntas objetivas restringiu de aspectos demasiadamente subjetivos garantindo a fidedignidade dos dados tanto quantitativos como qualitativos, no entanto, as profissionais foram respondendo e enriquecendo o trabalho contribuindo com detalhes referentes a cada questão que foram relatados na análise das questões.

Dessa forma os processos de pesquisa, abordagem teórica e as entrevistas fundamentaram a análise de dados em relação a variáveis, que estatisticamente foram tabuladas por nível de importância e apresentados em forma de texto, tabelas e gráficos.

## 4.A PESSOA DEFICIENTE ONTEM E HOJE

Da contemporaneidade do tema os percursos históricos promoveram uma movimentação reflexiva ao longo das décadas, pois para cada um a realidade da educação inclusiva é conflito e traz muitos questionamentos. A evolução da história será tratada como um resgate para a compreensão dos problemas enfrentados na sociedade atual.

### 4.1. Na antiguidade

Para entender a evolução da história da educação e os preconceitos enfrentados pelas pessoas deficientes é necessário voltar à antiguidade, 4000 anos a.C, e identificar as diferentes formas de convivência que cada cultura apresentava.

No decorrer da história sempre existiram pessoas com algum tipo de deficiência, algumas de origem congênita e outras adquiridas ao longo de suas vidas.

“Quando, em consequência de algum mal, o ser humano é vítima de um certo impedimento de ordem física, por exemplo, temos a instalação de uma deficiência. Essa deficiência poderá ou não levar a uma incapacidade, ou seja, a uma situação de desvantagem ou inferioridade.”. (SILVA, 1987 apud FERREIRA & GUIMARÃES, 2003 p. 28)

Desde os primórdios, dependendo da cultura, das crenças, das informações disponíveis e vários outros fatores cada lugar tinha uma forma muito particular de se comportar perante ao deficiente. Silva (1987 apud CORRÊA, 2013) relata como era aquele período na Roma Antiga: *“As leis romanas àquela época, proibiam a morte intencional de crianças com menos de três anos de idade, exceto no caso de a criança ter alguma mutilação ou ser considerada monstruosa. Para casos como esses, a lei previa a morte ao nascer.”*.

No entanto nem todas as crianças deficiente foram mortas, Corrêa (2013) descreve ainda que muitas que nasciam com má formação, doentes ou consideradas anormais eram abandonadas em cestas com flores às margens do rio Tibre, escravos e pessoas pobres que viviam de esmolas às criavam para mais tarde utilizá-las como meio de exploração aos romanos por meios de esmolas. Na Roma Antiga a esmola chegou a ser um

negócio muito rendoso, a tal ponto em que houve épocas que muitas crianças foram raptadas muito pequenas para serem mutiladas e servirem como pedintes em templos praças e ruas de Roma.

Enquanto na Roma Antiga os deficientes eram vistos como forma rendosa através dos pedintes de esmolas, na Grécia o culto ao corpo e perfeição os mantinham de alguma maneira escondidos. Platão (apud CORRÊA, 2013) em sua obra *A República* relata com clareza o pensamento da época: *“Quanto aos filhos de sujeito sem valor e aos que forem mal constituídos de nascença, as autoridades esconderam, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado.”*.

Em Atenas e Esparta os costumes também destinavam estas crianças ao extermínio, Corrêa (2013), relata os costumes da época nos rituais que ocorriam, onde o pai em Atenas celebrava com uma festa, e os costumes exigiam que ele, logo após o nascimento, tomasse a criança nos braços e o levantasse solenemente, para mostrá-la aos parentes e amigos e iniciá-la no culto aos deuses. A festa terminava com um banquete familiar. Quando esta comemoração não acontecia, era sinal que a criança não sobreviveria. Cabia ao pai o extermínio do próprio filho. Aqueles que escapavam a estes costumes eram abandonados sujeitos a própria sorte.

Em Esparta as crianças com deficiência física ou mental eram consideradas subumanas e, por isso, abandonadas ou eliminadas. Antes do Cristianismo havia um costume de espartano de lançar as crianças defeituosas em um precipício. Quando uma criança nascia em famílias importantes era avaliada por um grupo de anciãos que anotavam todos os dados e a identificavam, quando estivesse com sete anos o estado tomava para si a responsabilidade de educá-la e transformá-la em um guerreiro. Silva (apud CORRÊA, 2013), relata a rigorosidade da época:

“Quando a criança parecia franzina e feia, esses mesmos anciãos ficavam com a criança e levavam-na a um lugar chamado *Apothetai*, que significava depósito. Tratava-se de um abismo, em uma cadeia de montanhas, próximo a Esparta, e lá a criança era lançada e acabava por encontrar a morte.” Silva (apud CORRÊA, 2013, p. 12).

Os comportamentos com relação aos sentimentos e atitudes a pessoa com deficiência na Antiguidade já eram de rejeição, segregação e exploração, evidenciando que



em uma mesma época, dependendo da cultura haviam formas particulares de tratar os considerados diferente.

## **4.2 Na Idade Média**

Durante décadas a forma de agir a pensar sobre o deficiente foi de descaso e preconceito, essa situação prossegue na Idade Média, período de pouco conhecimento sobre as doenças e suas causas, estas pessoas continuam sendo submetidas a maus tratos. Nesse período as deficiências mentais e sensoriais eram relacionadas a significados religiosos e sobrenaturais.

Uma nova forma de pensar iniciou-se a partir do século XV na Europa quando interesses culturais e intelectuais começaram a surgir mudando esse estado de ignorância e superstição, reconhecendo o valor do homem e promovendo mudanças para os menos afortunados como pobres, doentes e os deficientes. No entanto, segundo Corrêa (2013), esse período de transição entre Idade Média e era Moderna foi marcado pela visão supersticiosa sobre o deficiente no qual a Inquisição, antigo tribunal da Igreja Católica, condenou à morte milhares de pessoas por serem considerados “endemoniados”, loucos, deficientes mentais ou adivinhos.

Segundo Corrêa (2013), com a ética cristã, o deficiente não podia mais ser assassinado e sim mantido e cuidado. Assim a rejeição tão presente na Antiguidade se transformou na Idade Média, na ambiguidade proteção-segregação, graças ao Cristianismo. No entanto, no mesmo tempo que o deficiente ganhou alimento e proteção, passou também a merecer castigos quando incorria em condutas imorais. Muitos chegavam a admitir que o deficiente era possuído pelo demônio, o que permitia o exorcismo com flagelação para expulsá-lo.

A primeira instituição a abrigar deficientes mentais, segundo Pessotti (1984), surgiu na Bélgica, no século XIII, e tratava-se de uma escola agrícola. Até então, eles eram acolhidos em igrejas ou conventos, onde ganhavam a sobrevivência em troca de pequenos favores à instituição.

Na visão da época o deficiente, se tivesse posses ou direito à herança, merecia sobreviver e ter condições confortáveis de vida, Pessotti, 1984 ( apud CORRÊA, 2013, p. 15) relata que:

Por volta de 1300, apareceu a primeira legislação sobre os cuidados a serem tomados com a sobrevivência e principalmente com os bens dos deficientes mentais, a *De Praerogativa regis*, baixada por Eduardo II da Inglaterra. A lei de 1325, era mais uma espécie de guia para proteger os direitos e as propriedades daqueles considerados “idiotas”. Com esta lei, o rei zelaria para que fossem satisfeitas as necessidades do deficiente, apropriando-se de todos os bens deste e utilizando somente uma parte para custear as despesas e os cuidados necessários.

A conduta entre caridade e castigo ao deficiente mental foi muito marcante na era medieval, isolar, oferecer teto e alimentação representava caridade, uma segregação justificada para consciência da época, mas que se mantém até os dias atuais. Pessotti (1984), criticando estas condutas, ressalta que, “*enquanto o teto protegia o cristão, as paredes escondiam e isolavam o incomodo ou inútil*”

### **4.3 Na Era Moderna**

A partir do século XV, a evolução da educação das pessoas com deficiência começou a se desenvolver devido aos avanços no campo da Medicina e Pedagogia, possibilitando a compreensão das deficiências e a utilização de formas mais adequadas de escolarização respectivamente.

No século XVI, Corrêa (2013) menciona que os médicos Paracelso e Cardano começaram a defender a ideia de que os portadores de deficiência mental eram um problema médico e que isso acontecia por uma fatalidade hereditária ou congênita, passando a chamá-los de cretinos, idiotas ou amentes, não acreditando que pudessem ser educados ou recuperados. Segundos os dois médicos, caberia a medicina e não ao clero a decisão sobre a vida o destino destas pessoas.

Quase cem anos mais tarde, no século XVII, as instituições religiosas começaram a oferecer assistência aos deficientes como foi o caso das organizações Irmãs de Caridade e São Vicente de Paulo, na França. Tais instituições, de acordo com Corrêa (2013), antigamente, eram usadas apenas para confinamento, forma de cuidado. Mais ou menos na mesma época, por volta de 1950, em Londres, Thomas Willis descreveu, pela primeira vez, a anatomia do cérebro humano e afirmou que a idiotice e outras deficiências eram produto de alterações na estrutura do cérebro. Esse evento deu início a uma mudança

na visão sobre os distúrbios mentais apresentados pelos deficientes mentais. A abordagem deixou de ser ética e humanitária, até mesmo fanático-religiosa, dando lugar a argumentos científicos.

Segundo PESSOTTI, 1984(apud CORRÊA 2013, p. 26) o médico Esquirol por volta de 1800, definiu e distinguiu idiotia, confusão mental e loucura:

[...] a idiotia (definida como a ausência de desenvolvimento intelectual desde a infância e devido a carências infantis ou condições pré e perinatais), a confusão mental (entendida como condição passageira e de incidência mais ou menos geral) e a loucura, (caracterizada como perda irreversível da razão e suas funções).

A idiotia nesta época era considerada uma doença orgânica e nervosa com causas específicas. Um discípulo de Esquirol chamado Belhomme definiu e ordenou os tipos de classificação da deficiência mental e que após estas informações começaram a surgir instituições, métodos e recursos especiais para a educação dos deficientes mentais. Ele a dividiu em duas categorias: idiotia e imbecilidade. A primeira em dois graus e segunda em três. Estas classificações mostraram a possibilidade de se educar os deficientes mentais, de acordo com os graus de comprometimento (ESQUIROL apud CORRÊA, 2013).

Começam a surgir os avanços com relação ao treinamento e capacitação para o desenvolvimento destas pessoas, no entanto, o maior obstáculo ainda está por vir, o consenso preconceituoso e pessimista da sociedade. Foi preciso que houvesse, segundo Corrêa (2013), uma mudança no quadro social para que condições mais favoráveis se estabeleçam. Somente depois do século XVIII que iniciativas de homens, mulheres e profissionais começaram a aparecer, organizando medidas e propondo ações visando ao entendimento das pessoas portadoras de deficiência, bem como sensibilizando a sociedade para o problema. Essas pessoas que se tornaram líderes e representantes dos interesses e das necessidades dos portadores de deficiência, abriram espaço em diferentes áreas da vida social com o objetivo de ampliar os conhecimentos e encontrar formas para melhorar as condições de vida de tais pessoas.

Muitos educadores contribuíram para a educação de pessoas com deficiência. Em seu trabalho Corrêa (2013) compara as contribuições da médica italiana Maria Montessori e do educador Pestalozzi. Montessori, importante educadora que muito contribuiu para a Educação Especial no século XIX, criou sistemas pedagógicos eficazes

para a infância em geral, baseando seus métodos em crianças intelectualmente deficientes e, posteriormente, estendendo estes métodos a crianças normais.

Para Montessori, o método não deve limitar-se as formas de ensinar e repertórios educacionais, mas deve alcançar a pessoa do educando, seus níveis de aspirações, seus valores e sua autoestima. Essa foi uma de suas maiores contribuições para o entendimento da deficiência mental (PESSOTTI, 1984, p. 206).

As regras de educação definidas por Montessori segundo MAZZOTTA (1999) são:

1. As crianças são diferentes dos adultos e necessitam ser tratadas de modo diferente;
2. A aprendizagem vem de dentro e é espontânea, a criança deve estar interessada numa atividade para se sentir interessada;
3. As crianças em necessidade de ambiente infantil que possibilite brincar livremente, jogar e manusear materiais coloridos;
4. As crianças amam a ordem;
5. As crianças devem ter liberdade de escolha, por isso necessitam de material suficiente para que possam passar de uma atividade para a outra, conforme o índice de interesse e atenção o exigiam;
6. As crianças amam o silêncio;
7. As crianças preferem trabalhar a brincar;
8. As crianças amam a repetição;
9. As crianças têm senso de dignidade pessoal; assim não podemos esperar que façam exatamente o que mandamos;
10. As crianças utilizam o meio que as cerca para se aperfeiçoar, enquanto os adultos usam-se a si mesmos para aperfeiçoar seu meio.

Iniciativas isoladas de estudiosos no decorrer da história mostram que apesar do desconhecimento e do preconceito já se acreditava na potencialidade do indivíduo com deficiência e que elas necessitavam ser incentivadas ao desenvolvimento.

#### 4.4 A Educação Especial no Brasil

Após 1850, mesmo com alto índice de analfabetismo e a falta de escolas para as classes populares, o atendimento aos deficientes visuais, auditivos, físicos e mentais começou a apresentar significativo avanço.

Mantoan (2013) afirma que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956, marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993, definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 até os dias atuais, caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar. As principais tendências de nossas políticas nacionais de educação especial, até 1990, foram o atendimento terapêutico e assistencial, em detrimento do educacional, propriamente dito. A ênfase no apoio do governo às ações das instituições particulares especializadas nas deficiências continua acontecendo, o que marca a visão segregativa da educação especial no Brasil. Infelizmente, ainda não se tem uma clara definição das nossas autoridades educacionais sobre a adoção de uma política verdadeiramente inclusiva em nossas escolas regulares.

A organização de serviços para os deficientes cegos, mentais, surdos ou físicos começou ainda no século XIX, quando segundo descreve Corrêa (2013), alguns brasileiros inspirados na experiência de educadores da Europa e dos Estados Unidos, e por iniciativa própria, uma vez que as iniciativas oficiais eram mínimas, começaram a ter interesse pelo atendimento do deficiente.

Aos deficientes visuais e auditivos, conforme Corrêa (2013), D. Pedro II cria dois institutos: no âmbito da deficiência visual a primeira iniciativa aconteceu no ano de 1854, quando D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, o chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos e três anos após, 1857, também no Rio de Janeiro, o imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Mais tarde outras duas instituições, desta vez aos deficientes mentais, o hospital Juliano Moreira, 1874, em Salvador e a escola México, no Rio de Janeiro em 1887, que atendia também deficiente físicos e visuais.

A criação das sociedades e institutos Pestalozzi, foram também iniciativas de grande valor para o país, tanto em termos de assistência para as crianças e adolescentes deficiente mentais, quanto para a capacitação de profissionais envolvidos no trabalho de desenvolvimento destes educandos.

Em 1926, foi criado o instituto Pestalozzi em Porto Alegre pelo casal de professores Tiago e Johanna Würth, que introduziram a “Concepção da Ortopedagogia das Escolas Auxiliares”. Inspirado na concepção da pedagogia social do educador Henrique Pestalozzi, essa escola foi a precursora da expansão de outras instituições semelhantes tanto no Brasil como em outros países da América do Sul. (CORRÊA, 2013, p. 47)

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), também apresentam grande importância nas conquistas do desenvolvimento educacional dos deficientes, pois são instituições sociais sem fins lucrativos que trabalham na promoção e defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Corrêa (2013), descreve que a primeira APAE fundada foi na cidade do Rio de Janeiro, em 1954, fruto da iniciativa de um grupo de pais apoiados por um casal norte-americano. Hoje a Federação Nacional das APAEs possui muitas entidades associadas.

Apesar do empenho e dedicação com aspecto a educação dos deficientes as iniciativas até meados do século XIX foram isoladas e predominava ainda o caráter assistencialista. Somente no século XX, com mais significância a partir de 1950 que a Educação Especial começa a tomar forma educacional com o surgimento de diversas instituições de ensino especializadas e políticas públicas voltadas a esse interesse.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular. (JANNUZZI, 2004, p. 34).

No entanto, são comuns relatos durante o século XX de isolamentos de todo e qualquer indivíduo que não se enquadrem nos padrões de normalidade do período e os manicômios criados para a reabilitação de doentes psiquiátricos começam a ser usados como depósitos de pessoas indesejáveis.

Segundo a jornalista Daniela Arbex, que contou a história do Hospital Colônia de Barbacena em seu livro “Holocausto brasileiro” em entrevista a Globo News, esses pacientes viviam em condições desumanas neste local. Ela relata que assim como os judeus foram encaminhados para os centros de concentrações nazistas em vagões de carga os pacientes do hospital colônia também foram encaminhados para o hospital em trens e

vagões de carga. Que ao chegarem no abrigo passavam por um banho de desinfecção, tinham as cabeças raspadas e eram uniformizados tendo sua humanidade confiscada.

Apenas trinta por centos de seus pacientes tinham diagnóstico de doença mental, para lá eram mandados, homossexuais, militantes políticos, pessoas assanhadas, meninas que gostavam de brincar com meninos nas ruas ou que engravidavam antes do casamento. Os choques elétricos eram ministrados sem finalidade terapêutica, mas sim como forma de contenção e intimidação. A escritora relata, que uma cultura de limpeza social, que segrega as pessoas consideradas menos importantes é o que mantinha esses ambientes e que apesar de ações envolvendo a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) e do Conselho Federal de Psicologia para combater estes tratamentos esses ambientes ainda existem.

A história do convívio com pessoas portadoras de necessidades especiais ao longo dos tempos mostra a evolução da sociedade, possibilitando uma melhor compreensão da educação especial ou inclusiva que hoje é vista com outros olhos perante a multidiversidade dos fatores que envolvem a educação inclusiva no país.

#### 4.4.1 Marcos Históricos do Brasil

No quadro abaixo foram citados os principais marcos referentes a Educação Especial no Brasil (RIO EDUCA.NET, 2013), relatados desde o período Imperial, em 1800, até o início do século XXI.

Data	Lei/Decreto/ Instituição	Observação
1854	Instituto Benjamin Constant (IBC).	Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado por D. Pedro II.
1857	Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)	Instituto dos Surdos Mudos, fundado por D. Pedro II.
1926	Institutos Pestalozzi	Fundado o primeiro Instituto Pestalozzi do Brasil em Porto Alegre.

1954	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Foi fundada na cidade do Rio de Janeiro a primeira APAE por iniciativas de grupos de pais.
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei no.4024/61	Direito dos excepcionais à educação, principalmente dentro do sistema geral de ensino.
1971	Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei no.5692/71	Tratamento especial para os alunos com Deficiente Físico (DF), Deficiente Mental (DM), os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados
1988	Constituição Federal Artigo 205, 206, 208.	Educação como um direito de todos  Igualdade de condições de acesso  Atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino
1990	Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei nº 8069/90	Dispõem proteção integral à criança e ao adolescente.
1990	Declaração Mundial de Educação para Todos.	Toda pessoa tem direito à educação
1994	Criação da Área Específica de Condutas Típicas de Síndromes.	Para alunos com autismo, Espectro do autismo e psicose
1994	Declaração de Salamanca	Resolução da Nações Unidas que trata dos princípios e práticas da Educação Especial.
1994	Política Nacional de Educação Especial	Processo de integração institucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular.
1996	Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei no. 9394/96 Art. 59	Preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.



1999	Decreto nº. 3298 que regulariza a Lei 7853/89	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino
2001	Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) e Conselho Nacional de Educação (CNE)  Lei no. 2/2001 Art. 2º.	Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais
2001	Plano Nacional de Educação Lei 10172	A elevação do nível de escolaridade e melhoria da qualidade do ensino
2001	A Convenção da Guatemala (1999), promulgada pelo Decreto no. 3959/2001.	Pessoas com deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas
2002	Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE)	Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica
2002	Lei 10436/02 Língua Brasileira de Sinais /Libras	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão.
2002	Braille em todas as modalidades de ensino.	Sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão
2003	Programa Educação Inclusiva	Direito à diversidade visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, criado pelo MEC
2004	Documento do Ministério Público Federal acesso de todos a rede regular.	O Acesso de Alunos com Deficiências às Classes Comuns da Rede Regular
2004	Decreto nº 5296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10098/00	Estabelece normas e critérios para promoção da acessibilidade.
2005	Decreto nº 5626/05 Lei 10436/2002	Inclusão dos alunos surdos, Libras como disciplina curricular, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, Língua Portuguesa e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
2005	Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S)	Apoiar a formação continuada de professores para atuar no atendimento educacional especializado a estudantes com altas habilidades/super dotação.

2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU	Assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino
2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Fomentar temáticas inclusivas, acesso e permanência na educação superior.
2009	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Decreto 6949 de 25 de agosto	Defender e garantir condições de vida com dignidade a todas as pessoas que apresentem alguma deficiência.
2011	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Decreto 7.480	Contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva
2011	Atendimento Educacional Especializado DECRETO Nº 7.611	Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e das outras providências.
2012	Lei 12.764	Política Nacional de proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.
2015	Lei Brasileira de Inclusão Lei 13.146/2015	Entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016 e representou um grande avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

## 5. EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS CONCEITOS

A partir da metade do século passado ocorreram mudanças na maneira de compreender e orientar procedimentos no processo de escolarização das pessoas com deficiência, em cada tempo, de acordo com a compreensão dessas formas de ensinar, novas diretrizes e objetivos são estabelecidos. Corrêa (2013), afirma que a EE deve ser vista como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de ensino e que é uma modalidade de educação com recursos e estratégias a disposição dos alunos. Ela define o público alvo da EE através da seguinte citação:

Por apresentar necessidades próprias e diferente dos demais alunos nos domínios das aprendizagens curriculares correspondente a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais, classificam-se em: portadores de deficiência (mental, visual, auditiva, física e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de altas habilidades (superdotados) (BRASIL. MEC/SEESP, 1994, p. 13).

Ainda segundo (MEC/SEESP/1994), a Educação Especial é um processo que busca promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas e altas habilidades, e que abrange os diferentes tipos de graus do sistema de ensino. Fundamente-se em referências teóricas e práticas compatíveis com as necessidades específicas em seu alunado. Esse processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a Educação Especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 58, Capítulo V, entende a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais e que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e que o atendimento educacional será feito em classes,

escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Dessa forma, do nível infantil ao superior a educação especial deve ser vista como parte integrante do sistema de educação brasileiro, sendo usada como conjunto de recursos educacionais e formas de apoio aos alunos a fim de oferecer diferentes alternativas de entendimento.

Educação Especial é uma modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os recursos educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. E que tais educandos, também denominados excepcionais, são justamente aqueles que hoje são chamados de alunos com necessidades educacionais especial e afirma que “...tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida.”. (MAZZOTTA, 1999)

Na visão da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2007), a Educação Especial é “*uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis etapas e modalidades, realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns e ensino regular*”.

Corrêa (2013) relata que nos últimos anos, a “Educação Especial” tem sido objeto de novas significações e quando utilizadas em documentos oficiais e em produções acadêmicas, vem quase sempre acompanhada de algumas ressalvas no sentido de que para muitos não seja concebida como um sistema educacional a parte, mas que além do atendimento especializado, seja vista como um conjunto de metodologias, recursos e conhecimentos que a escola regular deverá dispor para atender a diversidade.

Assim como a Educação Especial com o tempo remete a novos significados, alguns termos como “portador de deficiência” vem caindo em desuso, por remeter a ideia de que a pessoa deficiente porta algo, como um objeto, que a qualquer momento pode deixar de portar. Os termos mais adequados segundo a Convenção Internacional sobre os direitos humanos das pessoas com deficiência são: pessoa com deficiência, pessoa com necessidades especiais, pessoa com algum tipo de impedimento a longo prazo.

Atualmente a Educação Especial ganha novas formas de ser entendida graças ao enfoque da Educação Inclusiva que contribui para que haja uma mudança de paradigmas na sociedade, tornando assim o objetivo da real inclusão mais possível de ser lançado.

## 6. DOCENTES, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO

Os professores se indagam sobre as competências e habilidades necessárias para uma intervenção coerente e com significado no atendimento de crianças especiais conforme as leis. Mediante as turmas regulares, muitos não sabem lidar com as situações de aprendizagem e decorrente destes percursos e da precária formação, os obstáculos são criados e conflitos se ampliam sobre o como lidar com as diferenças e as diferentes necessidades especiais que ora se apresentam na escola. Segundo Santos (2003), *“temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”*.

Conforme o documento do Ministério Público “O acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes comuns da Rede Regular”, Dutra (apud Ministério Público, 2004) relata:

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudanças de ideias e práticas e, portanto, o Ministério da Educação apoia a implementação de uma nova prática social que viabilize escolas inclusivas que atendam a todos, independentemente das suas necessidades educacionais especiais, de forma a garantir a participação de todos. (DUTRA, 2004, apud Ministério Público, p. 3).

As dimensões de sentido e significado vão ao longo dos anos criando processos de aceitação da inclusão em escolas regulares pelos professores, porém ainda se está longe de alcançarmos a compreensão da importância das diferenças em ambientes de escola regular. O desafio desta aceitação por parte dos professores passa desde a compreensão das leis, currículos adaptados, mudança na organização pedagógica das escolas, relações de ensino e aprendizagem (alunos regulares e alunos inclusos) bem como a formação, sendo que atualmente universidades já possuem uma variedade de cursos voltados para a Educação Especial Inclusiva.

Os professores já referenciam estudos e segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (BRASIL, 1999), a avaliação do aluno com necessidades especiais deve focalizar os aspectos do desenvolvimento (biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem); o nível de competência curricular (capacidades do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores e a serem

desenvolvidos) e o estilo de aprendizagem (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físicas ambientais mais favoráveis para aprender).

Este focalizar já permite que alunos e professores se reencontrem com seus saberes diferentes em sala de aula visando a aprendizagem conjunta e cuidadosa perante a inclusão. Faria (2004) destaca: “*Diversidade não é peso. Diversidade é riqueza*” pontua também que a inclusão é tão agregadora que seus benefícios não são somente sentidos pelas pessoas que estão excluídas, mas por toda a sociedade.

É sabido que o cotidiano profissional do professor retrata situações inesperadas que exigem tomadas de atitudes imediatas, no entanto para que isto ocorra é necessária disponibilidade a abertura de aprender sempre, aproveitando todo e qualquer momento de formação e informação. A atitude de abertura é exigência do próprio contexto social onde as transformações apresentam-se entrelaçadas por múltiplos saberes, culturas e relações em geral. Essas mudanças exigem da educação uma postura capaz de formar novos professores, consequentemente com novas práticas (MARQUES, 2000, p. 11).

Observa-se que a reflexão de autores é assertiva ao comentar a preocupação com a formação do docente que muitas vezes prefere deixar a ação pedagógica com supervisores, cuidadores ou mediadores do que evidenciar também em si os processos de aprendizados viáveis para condução criativa e necessária para esta interação comunicativa entre diferenças e formas de conhecer aquele que adentra em sua sala e também como os outros alunos que esperam o olhar e a atenção com referência de educação cidadã e igualitária, mesmo com a diferenciação de processos aprendizes. A formação docente, ainda que não consiga preencher todas as lacunas vivenciadas no processo, ainda é quesito indispensável a preparação do professor para atuar com responsabilidade na sala de aula. Uma vez que a formação do professor requer: fundamentação teórica, instrumentalização técnica e sensibilidade frente às implicações subjetivas que atravessam a diversidade (MAZZOTA, 1993).

Garcia (2011) proporciona a seguinte reflexão:

A lógica de formação proposta e realizada tende a influenciar a organização escolar alimentando a característica de pouca ou nenhuma organicidade entre o trabalho especializado e o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula. A formação de professores nos moldes propostos, mediante uma política de Educação Inclusiva, tem enfrentado a realidade excludente da Educação escolar brasileira? Ou estamos lidando com um enfoque de justaposição de um conjunto de práticas

especializadas, metodologias e recursos especializados como imagem de inclusão escolar? (Garcia, 2011, p. 67).

Mediar de perguntas entre docentes, autores e práticas, portanto cria o devir da solicitude temática que requer a inserção de atitudes formativas para que as demandas inclusivas sejam vistas com respaldo e não fique à mercê de indagações e análises, mas com coerência e efetivação na condução de aulas que viabilizem o aprendizado e a aceitação da inclusão em classes regulares. MANTOAN, 2008 afirmam que: *“O tempo é a defesa de uma posição firme e clara sobre o que representa a educação especial, em uma dimensão inclusiva, pode ser (e será!) uma força para a transformação da realidade atual de nossas escolas ao abraçarem a inclusão”*.

Ora, não existe uma formação capaz de conferir a um professor um certificado de que ele saberá lidar com todas as situações que poderão surgir em sala de aula. Ainda que seja oferecido um curso bastante amplo em que se abordem 100 situações, por exemplo, poderá o professor se deparar no dia seguinte com a 101ª. Trata-se, aqui, de convivência humana e não de uma ciência exata. Não há como se ensinar a prática na teoria. A preocupação do professor deve ser a de vislumbrar as dificuldades dos alunos (quaisquer que sejam eles) e não as suas deficiências, pois os alunos não precisam de diagnóstico. É preciso que se aborde, nos cursos de capacitação ou de aperfeiçoamento, uma mudança de postura frente às diferenças, mostrando que todos são partes integrantes do sistema educacional. (PONTES, 2007, p. 46).

Promover a formação de docentes e alinhar os conhecimentos acerca da inclusão, fomentar políticas públicas e assegurar a implementação cada vez mais dinâmica, eficaz e eficiente com a atuação docente que ao reformular suas concepções educativas sobre as relações de aprendizagem concentrem junto as escolas o aperfeiçoamento das práticas democráticas de saberes. O desafio da educação e da formação dos docentes perpassam pelo fortalecimento da identidade do docente, clareza de uma carreira que precisa também ser revista em seus processos. A educação é sempre uma aventura “coletiva de partilha: de afetos e sensibilidades, de conhecimentos e saberes, de expectativas e experiências, de atitudes e valores, de sentidos de vida” (ALVES, 2001).

De acordo com Ferreira (2003) trabalhar, inovar e ousar implementar a educação, numa educação inclusiva, não é missão impossível. É sim, um desafio superável. É uma questão de pensar e mudar. Querer “pensar e construir” uma escola que inspire e promova a troca entre alunos, que confronte formas desiguais de pensamento e de estilo de



vida, busque metodologias interativas e faça, do reconhecimento e da convivência com as diversidades, estratégias e alternativas para uma nova aprendizagem voltadas para o educando. Uma escola que enfim, reconheça as diferenças e, respeitando-as, possa conviver com elas.

Das análises e discussão cabe ao professor, a escola e as famílias dos alunos inclusos reconduzir esse caminho de transformação em prol da inclusão, sabendo que o conhecimento media a realidade e assegura a garantia de formação, focalizando as relações em novas posturas educativas que reflitam o empenho de todos.

## 7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O primeiro desejo de Jan Amos Comenius em sua obra *Pampaedia* (Educação Universal) no século XVII era:

Nosso primeiro desejo é que todos os homens sejam educados plenamente em sua plena humanidade, não apenas um indivíduo, não alguns poucos, nem mesmo muitos, mas todos os homens, reunidos e individualmente, jovens e velhos, ricos e pobres, de nascimento elevado e humilde — numa palavra, qualquer um cujo destino é ter nascido ser humano: de forma que afinal toda a espécie humana seja educada, homens de todas as idades, todas as condições, de ambos os sexos e de todas as nações. (COVELHO, 1999, P. 5)

No entanto um dos primeiros marcos da história da Educação Inclusiva foi a Declaração de Salamanca no século XX, documento formulado na Espanha que discute a Exclusão dos diferentes dentro de espaço escolar. O documento aponta a necessidade de uma escola para todos, levando a um movimento mundial de reflexão sobre os processos excludentes dentro da escola. “...*escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.*”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,1994)

Desde 1954 aos dias de hoje com os estudos, as pesquisas e o desenvolvimento ocupam os bancos escolares, seja com o sujeito que aprende mediado pela ação do outro, seja pela academia que em busca de adaptabilidade e ampliação de pesquisas enfatiza o modo, a maneira com que os profissionais da educação veem e atuam na Educação Especial e ou por sua vez Inclusiva. De acordo com o documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e18).

Cavalcante (2013) assinala que a Educação Inclusiva implica em acesso e permanência dos alunos, qualidade social da educação, gestão democrática dos recursos públicos, garantia de respeito e incorporação das identidades sociais, culturais, afetivas, étnicas, físicas e de gênero de todos os envolvidos, num processo de diálogo, aprendizagem e construção de novas formas de trabalhar cooperativamente.

Observa-se que a legislação ao longo dos anos foi sendo construída e desconstruída frente ao conceito do que seja a Educação Especial ou Inclusiva, os parâmetros e as evocações de análise vieram traduzir o sentido para melhor compreensão e legislação em vigor. As políticas públicas que ora regem a legislação ainda são pauta de muitos questionamentos oriundos da insatisfação e inquietação dos professores que solicitam que a Educação Especial sejam vista com ampla convergência de fatores em prol da inclusão e que ela seja real para os alunos em processo de aprendizado escolar.

Ferreira & Ferreira (2004) apresentam que de longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadoras para ações que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar.

Mauch (2004), ao estabelecer o contexto de conquistas históricas e de avanços importantes que ainda virão, reitera seu total apoio à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e ao texto dado à Meta 4 pelo relator do Plano Nacional de Educação (PNE), Senador José Pimentel. Este texto respeita as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 e visa garantir o direito à educação: “PNE–Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. ”

Assim segundo Ferreira & Guimarães (2003), a inclusão deve ser pensada no funcionamento diário de uma instituição escolar, certamente haverá confrontos inesperados e incoerentes relacionados ao entendimento da educação de um ponto de vista inclusivo, esses confrontos induzem a reflexão e repensar como a deficiência é percebida e vivenciada

no ambiente escolar. Faz-se necessário uma nova avaliação no ensino e transformações paradigmáticas que defendam a educação de qualidade para todos.

## **8. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta parte foram descritos e discutidos os resultados da Educação Especial que ora tão mencionada e questionada traz para a Educação a relevância da multidiversidade e a compreensão do diferente como igual. Saberes evoluem em prol de discentes e pessoas que precisam da atenção como foco de conhecimentos de valorização, aceitação e proposições de boas práticas que permitam a escola reinventar processos e otimizá-los com formação, desenvolvimento continuado dos conhecimentos, ajustes de projetos e orientações coerentes nos espaços escolares regulares de atendimento ao portador de necessidades especiais.

Para fomentar a discussão no percurso de análise do presente estudo foi realizado um questionário com 11 perguntas para que no conjugar de coerências e significados as respostas permitissem a oportunidade de visualizar em menor escala de análise quatro secretarias de educação do Estado do Rio de Janeiro: Volta Redonda, Barra Mansa, Pinheiral e Porto Real. Foram realizadas as seguintes etapas:

- 1) Aplicação do questionário (anexo1) ao responsável pela Educação Especial e Inclusão de cada cidade escolhida.
- 2) Análise de dados;
- 3) Catalogação dos dados para elaboração do gráfico;
- 4) Diálogo sobre as questões (discussão).

### **8.1. Análise das questões**

A partir do estudo do questionário (anexo 1) contendo onze perguntas fechadas, sujeito a observações e justificativas de acordo com a necessidade de cada entrevistado, que foi aplicado a quatro responsáveis por ação e gestão de processos sobre Educação Especial com Perspectiva Inclusiva em Secretárias de Educação da Região Sul Fluminense, sendo as cidades Barra Mansa, Pinheiral, Porto Real e Volta Redonda, foi possível identificar que:

Nas duas primeiras questões em que o assunto abordado foi legislação as quatro cidades forneceram respostas muito semelhantes, representadas na figura 1.

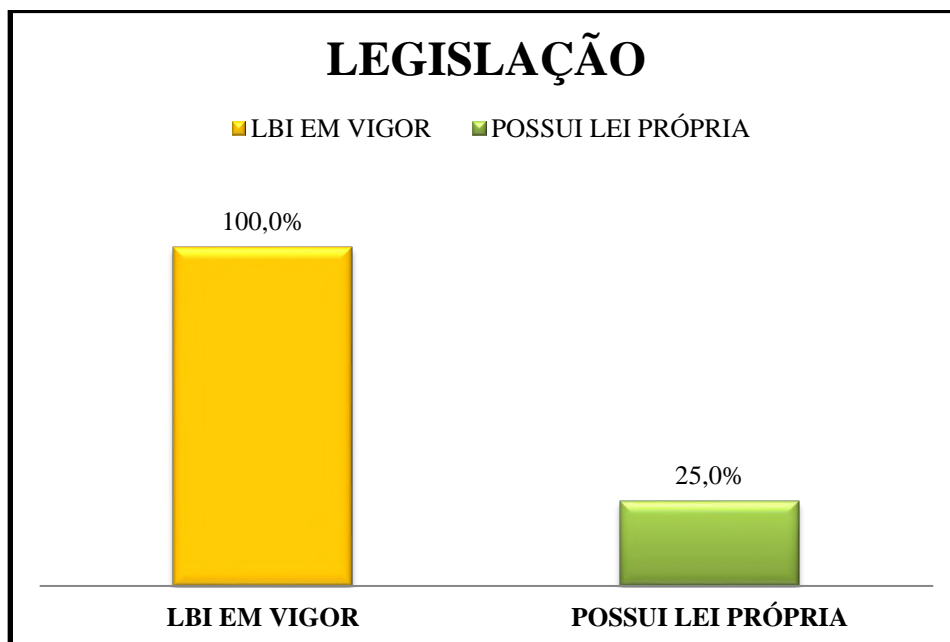


Figura 1: gráfico referente as perguntas um e dois, que tratam legislação: a LBI está vigorando em todas as cidades e apenas Barra Mansa possui lei própria.

Em todas está vigorando a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. Barra Mansa observou estar remodelando alguns serviços, Pinheiral procurando se adaptar a todos os quesitos solicitados, Porto Real confirma estar apenas no âmbito educacional e Volta Redonda afirma que a lei está vigorando.

Em se tratando da criação de alguma legislação própria voltada à inclusão, Porto Real relata possuir somente resoluções internas aprovadas pelo Conselho Municipal e as cidades de Pinheiral e Volta Redonda não possuem legislação própria. Somente a cidade de Barra Mansa, CEMAE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Barra Mansa) afirmou possuir os seguintes documentos:

- Deliberação CME/ BM nº 04, 13 de setembro de 2011, que define as normas de organização da Educação Especial no município de Barra Mansa e dá outras providências;
- Decreto nº 7416 de 23 de agosto de 2013 que cria a Coordenadoria Municipal de Educação Especial, suas atribuições e dá outras providências;

- Ementa na Lei nº 4.436 de 13 de abril de 2015 que disciplina ações públicas de educação voltadas aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e/ou dificuldades de aprendizagem e dá outras providências.

Na terceira, quarta e quinta questão as quatro cidades representadas responderam sim para as questões referentes a polícias públicas representadas na figura 2.

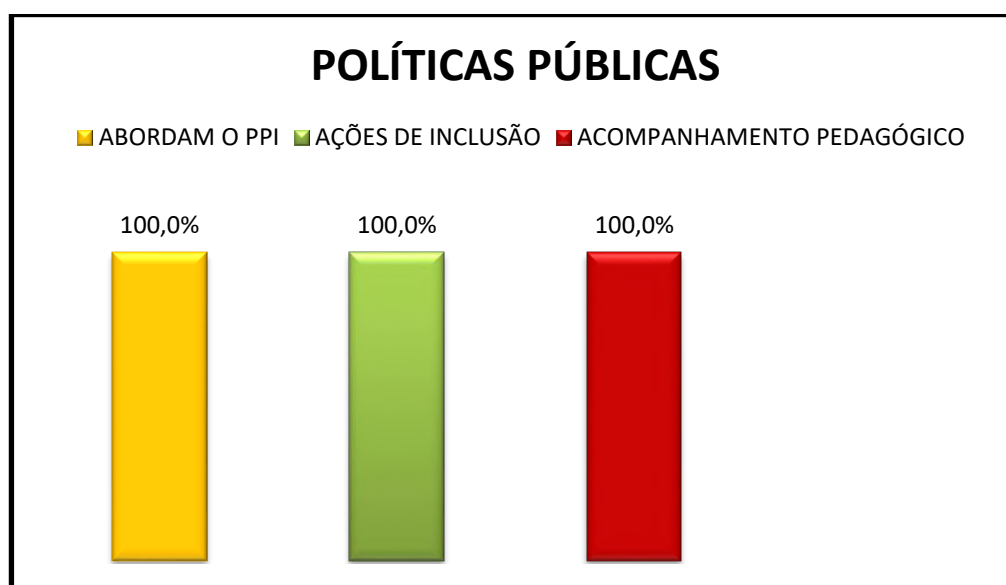


Figura 2: gráfico referente as perguntas três, quatro e cinco, sobre Polícias públicas, onde todas as cidades relatam abordar a inclusão no PPI, realizar ações de inclusão e disponibilizar acompanhamento pedagógico.

As cidades participantes da pesquisa possuem em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) a abordagem da inclusão. Todas possuem ações no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com necessidades especiais na escola regular. No município de Porto Real ocorrem através da organização e funcionamento da Educação Especial no âmbito municipal, a coordenação monitora as ações pedagógicas voltadas para os alunos.

Quanto as reuniões, orientações e acompanhamento pedagógicos periódicos os profissionais de Barra Mansa fazem visitas as escolas quando solicitados pelos diretores e de acordo com suas necessidades expostas são realizados trabalhos com professores, pais e alunos. Em Pinheiral, ocorrem orientações e reuniões voltadas ao trabalho com alunos inclusos bimestralmente pelo Atendimento Especializado Educacional (AEE), existem salas para o desenvolvimento das habilidades motoras e deficiência visual que funcionam

há sete anos. Em Porto Real ocorre através da capacitação de estagiários mediadores que acompanham os alunos com deficiência em sala de aula; reuniões mensais com professores de AEE; capacitação nas escolas e seminários de Educação Inclusiva.

Volta Redonda conta com Sala de recursos no contra turno, que atendem alunos com Deficiência Intelectual e salas de apoio pedagógico no mesmo turno.

A sexta, sétima e oitava perguntas são voltadas ao preparo e a resistência dos professores ao atuar no processo de inclusão representados na figura3.



Figura 3: gráfico referente as perguntas sete, oito e nove, sobre capacitação, onde todas as cidades relatam que o professor sai despreparado das universidades para atuar no processo de inclusão. Em Porto Real nem mesmo o município prepara o professor para o trabalho de inclusão. Apenas em Barra Mansa os professores não demonstram resistência na inclusão dos alunos com necessidades especiais.

De acordo com as quatro cidades os novos professores não saem das universidades preparados para atuar na inclusão, segundo a gerente de Educação Especial de Barra Mansa, isso ocorre com o decorrer do tempo na profissão e mediante as experiências vivenciadas. No município de Pinheiral a inclusão é vista como um processo em desenvolvimento e os professores envolvidos precisam estar sempre se aperfeiçoando. A coordenadora da Educação Especial da cidade de Porto Real afirma que os professores saem totalmente despreparados das universidades para trabalhar com a inclusão. Em Volta Redonda são realizadas visitas para orientação, porém apesar destas ações os professores ainda não estão preparados para ações práticas na inclusão e que o esforço precisa ser mútuo.



Para amenizar esse despreparo os municípios buscam preparar os docentes para atuarem na inclusão, em Barra Mansa são realizadas visitas nas escolas para orientação e quando necessárias capacitações. Em Pinheiral ocorrem reuniões para tratar a respeito afim de familiarizar o tema. Conforme relato em Porto Real os professores do município não são preparados, no entanto geralmente os do primeiro segmento são mais preparados que os demais.

De acordo com as secretarias de educação de três cidades os professores demonstram resistências no sentido de conseguir uma efetiva inclusão, apenas a cidade de Barra Mansa afirma que os professores não são resistentes que a maioria tem boa aceitação e se empenham nos esforços para uma real inclusão.

A nona pergunta questiona o preparo das escolas quanto a acessibilidade, representados na figura 4.



Figura 4: gráfico referente a pergunta nove, onde Porto Real e Volta Redonda consideram-se despreparados ainda e Barra Mansa e Pinheiral relatam estar preparados para receberem os alunos inclusos em se tratando de acessibilidade.

Para o município de Barra Mansa as escolas são sim acessíveis a estes alunos, a maioria possui rampas, portas adequadas e meio de transporte para a locomoção destes alunos. Em Pinheiral as escolas também estão preparadas, porém algumas precisam de adequações, principalmente no meio de transporte. O município de Porto Real relata que ainda não, que estão em processo de adequação, assim como no Município de Volta

Redonda que afirma também estarem despreparados quanto a acessibilidade, muitas escolas ainda não comportam estes alunos de acordo com suas necessidades.

As perguntas dez e onze referem a projetos sociais destinados a combater o preconceito com o “diferente” e os resultados que eles proporcionam aos envolvidos e as respostas estão representados na figura 5.

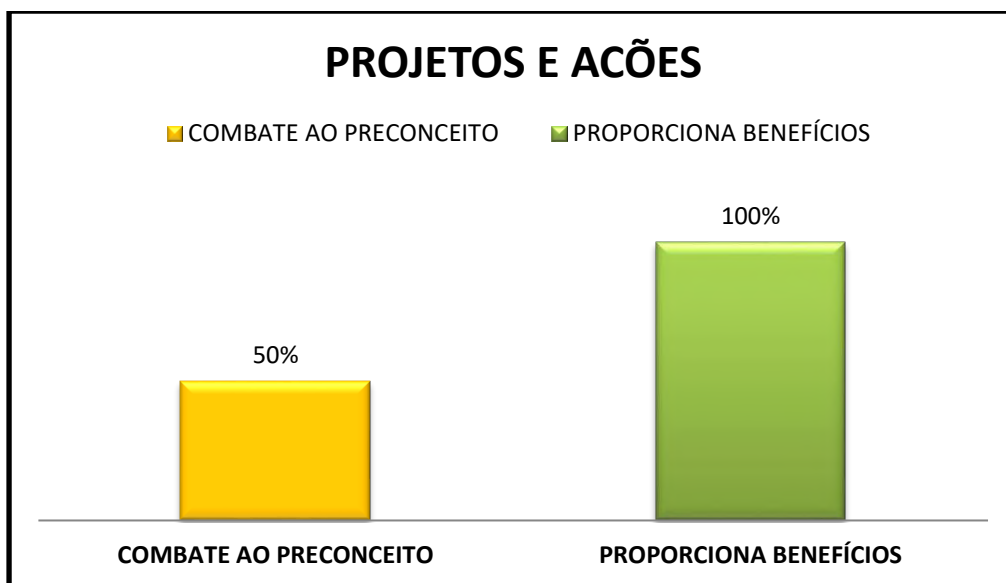


Figura 5: gráfico referente as perguntas dez e onze, sobre projetos e ações voltados a inclusão, em que apenas Barra Mansa e Volta Redonda realizam projetos em combate ao preconceito. Quanto aos benefícios proporcionados pela inclusão todas as cidades garantem possuir.

Em Barra Mansa os alunos e professores realizam o Momento na Praça (Dia da Síndrome) e Feira de Artesanato (próximo ao dia das Mães). Em Pinheiral e Porto Real ainda não foi realizado nenhuma ação, mas está sendo providenciado. Em Volta Redonda os alunos com necessidades especiais participam de todas as atividades.

As secretarias envolvidas na pesquisa colocam que os trabalhos realizados têm propiciado uma convivência com benefícios salutarres para os envolvidos no processo de inclusão e que os bens proporcionados são para todos os envolvidos.

Sabe-se que todo percurso de andamento da Educação Especial com perspectiva da Educação Inclusiva tem seus desafios e todas as ações que são efetivadas são contribuintes para o sucesso e melhoria de propostas, sejam públicas ou privadas.

Através deste estudo, ficou clara a importância da explicitação da Lei em prol da Educação Inclusiva e as relações de compreensão das atitudes, sejam acerca da formação, atuação e processos de efetivação com coerência a serviço da criança com

necessidades especiais. Observa-se que as secretarias conhecem e procuram aplicar conforme a legislação as ações práticas decorrentes e previstas pelas leis. Conforme a análise dos dados pode-se observar na tabela 1:

Questões	%Sim	%Não
1	100,00%	0,00%
2	25,00%	75,00%
	Barra Mansa	
3	100,00%	0,00%
4	100,00%	0,00%
5	100,00%	0,00%
6	0,00%	100,00%
7	75,00%	Porto Real 25,00%
8	75,00%	25,00% Barra Mansa
9	50,00% Pinheiral/BM	50,00% Porto Real/ VR
10	50,00% Barra Mansa/VR	50,00% Porto Real/Pinheiral
11	100,00%	0,00%

Tabela 1: Resultados- Pesquisa-Questionário, onde as células em amarelo apresentam diferentes respostas das cidades envolvidas na pesquisa.

Consta-te que apesar de todo o investimento da educação em prol da Educação Especial com a perspectiva da inclusão alguns fatos e fatores ainda permanecem em processo de assimilação de valor e atitude. No que se refere as perguntas relacionadas e feitas nas entrevistas as dimensões de sim e não apresentam os tópicos de relevância para nortear as aplicações práticas

As questões que se apresentam fazem parte do histórico dos questionamentos nos dias atuais e ainda são os maiores desafios para a implementação conforme Lei da Educação Especial com perspectiva da inclusão.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (MEC/SEESP,2007).

Ainda conforme o MEC/SEESP (2007), os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. *“O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. ”.*

Portanto, das questões apresentadas e de suas respostas nota-se que das quatro cidades em relevância de observação, ainda se faz necessário a continuidade de esforços para que os desafios continuem sendo vencidos pelo conhecimento e que a ignorância e o preconceito sejam vencidos pela assertividade na busca de melhorias nos processos de viabilidade. É necessária organização para que ocorra uma inclusão com sentido, políticas públicas eficazes e universidades que pautem por currículo voltados a inclusão, para que a formação possibilite práticas e experiências reais de aprendizado. As cidades envolvidas neste estudo estão pautando pela busca e orientação de professores, mediadores e cuidadores para efetiva inclusão.

## 9. CONCLUSÃO

A historicidade da Educação Especial sempre gerou debates promovendo constantes estudos e análise sobre as diferentes tendências para a compreensão da real inclusão escolar, alertando e intensificando os desafios que se apresentam com o ingresso de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. As questões levantadas em perguntas com duas possibilidades de resposta nortearam os principais focos de atenção, que oriundos de falta de formação, desconhecimento e preconceito ainda percorrem os ambientes educacionais.

O surgimento de políticas públicas e legislação voltadas a pessoa com deficiência representaram importantes avanços gerando diretrizes legais para integração destas pessoas, possibilitando direito a espaço em diversas áreas e seguimentos. Os objetivos previstos nas leis que ainda não foram alcançados norteam os profissionais envolvidos na proposta inclusiva, direcionando o foco de atenção para as principais dificuldades, ofertando uma perspectiva de melhora na educação, prosperando uma educação que mantenha o aluno incluso em todas as fases de sua vida.

Ao considerar gráficos adquiridos através das respostas sobre responsabilidades públicas, formação de professores, atenção das universidades, combate ao preconceito, foi possível articular de maneira sistêmica as relações de causa e efeito sobre a perspectiva inclusiva e a Educação Especial. Como pode ser visto no presente estudo, os maiores desafios estão relacionados a atitude e desconhecimento da sociedade que apresenta dificuldades no aceitar e compreender o diferente como identidade capaz de ensinar e ser ensinado.

Em se tratando de a acessibilidade é preciso pensar além de rampas, transporte e portas adequadas, se faz necessário promover ambientes que proporcionem independência as pessoas com necessidades especiais para que eles se sintam realmente presente no convivo social, sem causar transtorno e situação desconfortáveis, afinal eles possuem os mesmos direitos a bens e serviços dos demais da sociedade.

Ao promover correlações da história ao longo dos tempos com o presente, foi possível identificar o nível de importância da educação inclusiva na formação da sociedade que tanto necessita desmistificar os preconceitos e evidenciar os fatores e contribuintes favoráveis que a real inclusão trás para todos.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na contemporaneidade ainda está andando a passos lentos, são inúmeras as dificuldades enfrentadas, no entanto todas com vista a possibilidades de solução. Para que as mudanças continuem acontecendo e esse processo de preconceito e segregação acabe, se faz necessário uma ação conjunta de todos os seguimentos da sociedade, objetivando minimizar a distância entre dispositivos legais e o cotidiano, proporcionando uma mudança nas atitudes da sociedade.

A inclusão traz para os ambientes escolares pessoas que ensinam pelos olhos, pelas mãos, que não veem, não andam, não falam, mas que na dimensão da experiência, proporcionam troca de saberes, demonstrando que as convivências com pessoas com algum tipo de deficiência trazem benefícios a todos.

## 10. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. Campinas. Papyrus, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. **O professor e sua formação diante da educação inclusiva**. Educação: diversidade e inclusão. CAPES. UNIUBE/EST.

CAVALCANTI, Meire. **Contexto histórico da construção da Educação Inclusiva no Brasil**. Legislação. Inclusão já: em defesa do direito à educação inclusiva. Disponível em <https://inclusaoja.com.br/2011/06/03/2-contexto-historico-da-construcao-da-educacao-inclusiva-no-brasil/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **A Educação Especial na História: dos primórdios até a Idade Média**. A Educação Especial na História. Educação Especial. Vol. 1, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Educação Especial na História: da Idade Média até o século XX**. A Educação Especial na História. Educação Especial. Vol. 1, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Educação Especial no Brasil até 1950**. A Educação Especial na História. Educação Especial. Vol. 1, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Educação Especial no Brasil após 1950**. A Educação Especial na História. Educação Especial. Vol. 1, 2013.

\_\_\_\_\_. **Marcos históricos nacionais da Educação Especial até o século XX**. A Educação Especial na História. Educação Especial. Vol. 1, 2013.

COVELLO, Sergio Carlos. **Comenius: a Construção da Pedagogia**. São Paulo: Editora Comenius, 1999.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto & FERREIRA, Júlio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In: GÓES, Maria Cecília R.; LAPLANE, Adriana Lia F de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo & GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLOBO NEWS. **Documentário: Holocausto brasileiro em Barbacena**. Fernando Gabeira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1xBQr5zFAHs>. Acessado em 14 de jul. 2017.

ARBEX, Daniela **Holocausto brasileiro**. Geração Editorial, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2º Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Educação Especial no Brasil- Da Exclusão à Inclusão Escolar**. Quadro Situacional – Antecedentes históricos. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acessado em 25 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Inclusão**: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 1, jan./jun., 2008.

MARQUES, Mário Osório. **Formação do profissional da educação**. Ijuí: Unijuí, 2000.

MAUCH (2004), Carla. **O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. Brasília. Procuradoria geral dos direitos de cidadão. 2004.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial do Brasil: história e política pública**. São Paulo: Cortez, 1999.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. **O Acesso de alunos com Deficiência às escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2ª ed. rev. e atualizada – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição a ciência**. São Paulo: T.A Queiroz, 1984.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE- **Meta 4**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/estrategias>. Acesso em: 23 mai. 2017.

PONTES, Patrícia Albino Galvão. **A Criança e adolescente com deficiência: impossibilidade de opção pela sua educação exclusivamente no atendimento educacional especializado**. Salvador/BA, 2007.

RIO EDUCA.NET. **Educação Inclusiva - Um Pouco de História**. Blog: professores. 2013. Disponível em: <http://www.rioeduca.net/blogViews.php?bid=20&id=3444>. Acesso em: 06 mai. 2017.



**11.ANEXO 1****Questionário aplicado na pesquisa exploratória:****OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE****SECRETARIA:****NOME:****FUNÇÃO:**

- 1.** A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em janeiro de 2016, também chamada de Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), está vigorando no município?  
( ) Sim ( ) não
- 2.** O município possui alguma legislação própria voltada a inclusão nas escolas?  
( ) sim ( ) não
- 3.** No Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do município é abordada a inclusão?  
( ) sim ( ) não
- 4.** Existem ações no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com necessidades especiais na escola regular?  
( ) sim ( ) não
- 5.** Existem reuniões/orientações/acompanhamento pedagógicas periódicas voltadas ao trabalho com alunos inclusos?  
( ) sim ( ) não
- 6.** Em sua opinião, os novos professores já saem das universidades preparadas para atuar na inclusão?  
( ) sim ( ) não
- 7.** Os professores do município são preparados para a inclusão?  
( ) sim ( ) não
- 8.** Os professores demonstram resistências no sentido de se conseguir uma efetiva inclusão?  
( ) sim ( ) não
- 9.** Quanto a acessibilidade as escolas estão preparadas para receberem estes alunos?  
( ) sim ( ) não
- 10.** Há algum projeto social destinado a combater os preconceitos com relação ao tema?  
( ) sim ( ) não
- 11.** Os trabalhos realizados têm propiciado uma convivência/ benefícios salutareos para os envolvidos?  
( ) sim ( ) não